CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Natália acusou a PM de interromper distribuição de santinhos no Grajaú

Justiça Eleitoral atende Natália Boulos sobre ação da PM

A Justiça Eleitoral de São Paulo determinou que o 27º Batalhão da Polícia Militar oriente seus agentes sobre as regras para propaganda eleitoral de rua. A decisão foi tomada após a candidata a deputada federal, Natalia "Boulos" Szermeta(PSOL), esposa de Guilherme Boulos, relatar que policiais interromperam a distribuição de material de campanha na calçada externa do Terminal Intermodal Grajaú, na zona sul da capital, sob a alegação de que a panfletagem seria proibida. O juiz Mauricio da Costa Carvalho Vidigal Filho afirmou que não há elementos suficientes para concluir que os policiais tenham agido com abuso de poder ou descumprido a legislação. Mesmo assim, deferiu parcialmente o pedido e determinou o envio de ofício ao batalhão, que ainda não se manifestou. A decisão ressalta que atos regulares de propaganda eleitoral não podem ser previamente censurados nem dependem de autorização prévia.

orto de Santos bate recorde de contêineres

O Porto de Santos registrou em agosto a maior movimentação de contêineres para o mês, com 538,2 mil TEU, alta de 3,9% ante agosto de 2025. De janeiro a agosto, o volume chegou a 4 milhões de TEU, também recorde. No período, o porto movimentou 125,9 milhões de toneladas de cargas, avanço de 3,1%. Já em agosto, a movimentação total somou 16,4 milhões de toneladas, queda de 0,5%. Santos respondeu por 28% da corrente comercial brasileira no acumulado do ano. A China respondeu por 31,8% das transações com o exterior.

DIVULGAÇÃO/APS

China respondeu por 31,8% das transações com o exterior

Acordo reforça desbloqueio de rodovias

O Ministério Público Federal (MPF) viabilizou acordo de cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Militar de São Paulo para desbloquear rodovias federais no estado. A PM deverá atuar quando acionada pela PRF em casos de interrupções consideradas ilegítimas, com efetivo disponível para liberar as vias. A PRF fornecerá informações, custeará eventuais despesas e oferecerá treinamento aos policiais militares. O acordo busca evitar bloqueios como os registrados após as eleições de 2022.

Tabata cobra respostas sobre incêndio na Ceagesp

A deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) apresentou requerimento para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário informe as medidas adotadas após o incêndio que atingiu o Pavilhão MFE-A da Ceagesp, em São Paulo, em 5 de setembro. Ela cobra dados sobre comerciantes afetados, estrutura provisória, contratos, recursos e o cronograma de reconstrução, estimado inicialmente em 12 meses.

Real Time Big Data

Guilherme Derrite (PP) registra 22% das intenções de voto consolidadas para o Senado por São Paulo, segundo pesquisa Real Time Big Data divulgada nesta terça-feira (29). André do Prado (PL) tem 20%, Simone Tebet (PSB), 18%, e Marina Silva (Rede), 15%. Ricardo Salles (Novo), que deixou a disputa após o levantamento, aparece com 6%.

Real Time Big Data II

O levantamento ouviu 2 mil eleitores entre 24 e 28 de setembro. Geraldo Rufino (Podemos) tem 3%, enquanto Soninha Francine (Cidadania) e Guto Schiavetto (Missão) registram 2% cada. Outros candidatos somam 1%, brancos e nulos são 6% e 5% não responderam. A margem de erro é de dois pontos e a confiança, de 95%. Registro: SP-06293/2026.

Ex-prefeito de Embu

O TRE-SP negou pedido do ex-prefeito de Embu das Artes Ney Santos (Republicanos), candidato a deputado federal, para retirar das redes vídeo de Tabata Amaral (PSB) que cita acusações de envolvimento dele com o PCC e prisão por roubo a carro-forte. A Justiça apontou que o vídeo omite a absolvição de Ney no caso, mas não viu motivo para remoção imediata.

Uso de bebidas alcoólicas

Projeto de lei da deputada estadual Letícia Aguiar (PL) obriga restaurantes, bares, padarias, hotéis e outros estabelecimentos a informar quando bebidas alcoólicas forem usadas no preparo de alimentos. A informação deverá aparecer antes do pedido ou consumo, inclusive em cardápios e aplicativos. A proposta ainda precisa tramitar pelas Comissões da Alesp.

1,9 milhão de biometrias

Mais de 1,9 milhão de biometrias de eleitores de São Paulo poderão ser incorporadas ao cadastro da Justiça Eleitoral após as eleições. Segundo o TRE-SP, os dados vieram de outros órgãos públicos e serão validados caso o eleitor libere a urna com a impressão digital. Hoje, 30,2 milhões de paulistas já têm biometria cadastrada.

Terreno em Guarulhos

O governador Tarcísio de Freitas autorizou o Estado a receber, por doação da Prefeitura de Guarulhos, o imóvel onde funciona a EE Pastor João Nunes, no Jardim Centenário. O terreno será incorporado ao patrimônio estadual e destinado à Secretaria da Educação. Segundo o decreto, a transferência ocorrerá sem custos ou encargos ao Estado.

DIVULGAÇÃO

Comgás poderá reduzir volumes contratados para fornecimento

Arsesp autoriza Comgás a reduzir compra de gás após mercado livre

Mudança atinge contratos com Petrobras, Equinor e empresas do grupo Brava

Da **Redação**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) autorizou a Comgás a reduzir a quantidade diária de gás natural contratada junto à Petrobras, Equinor e empresas do grupo Brava Energia. A mudança ocorre após a migração de consumidores para o mercado livre de gás no estado.

A autorização foi publicada na terça-feira (29) no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Segundo o comunicado, a redução será feita por meio de aditivos aos contratos de compra e venda de gás natural mantidos pela distribuidora.

A medida alcança três contratos. O primeiro é firmado entre a Comgás e a Petrobras. O segundo envolve a Equinor Energy do Brasil. O terceiro reúne Enauta Energia, 3R Potiguar, 3R Bahia e 3R Petroleum Offshore, empresas do grupo Brava Energia. Os aditivos vão reduzir a Quantidade Diária Contratada (QDC), que corresponde ao volume de gás previsto nos contratos.

Segundo a Arsesp, a alteração ocorre em decorrência da migração de usuários para o mercado livre. Nesse ambiente, consumidores que atendem às regras estabelecidas podem negociar a compra do gás diretamente com fornecedores, em vez de adquirir o produto da distribuidora local. A infraestrutura de distribuição, porém, continua sendo utilizada para levar o combustível até as unidades consumidoras.

Com a saída de clientes do modelo tradicional de fornecimento, diminui a quantidade de gás que a Comgás precisa adquirir previamente de seus supridores. A revisão dos contratos permite adequar os volumes contratados à nova demanda da concessionária.

A Arsesp ressaltou, no entanto, que a autorização está limitada aos aspectos regulatórios dos aditivos. A agência informou que a aprovação não representa concordância ou garantia sobre eventuais riscos comerciais decorrentes das mudanças contratuais. O comunicado também estabelece que esses riscos não poderão ser transferidos aos consumidores por meio de compensações tarifárias. Dessa forma, eventuais efeitos comerciais decorrentes dos novos volumes contratados não deverão resultar em repasse automático para as tarifas pagas pelos usuários.

A autorização abrange o 27º aditivo do contrato da Comgás com a Petrobras e o 15º aditivo dos contratos mantidos com Equinor e empresas da Brava Energia.